



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SSPDS/CE
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG
ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – AESP
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
Comissão Executiva do Vestibular – CEV



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DE CARGOS DE OFICIAL INVESTIGADOR DE POLÍCIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ
EDITAL Nº 1 – PC/CE, DE 14 DE ABRIL DE 2025

PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA PARA O CARGO DE OFICIAL INVESTIGADOR DE POLÍCIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ

DATA DE APLICAÇÃO: 03 DE AGOSTO DE 2025
INÍCIO: 13h15 — TÉRMINO: 19h15

Nome: _____ Data de Nascimento: _____

Nome de sua mãe: _____

Assinatura: _____

Após receber sua **folha de respostas**, copie, nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a seguinte frase:

O combate pacífico é sublime.

ATENÇÃO!

Este Caderno de Provas contém uma Prova Objetiva, com a distribuição a seguir, e uma Prova Discursiva:

- Língua Portuguesa – 10 questões;
- Informática – 10 questões;
- Raciocínio Lógico – 10 questões;
- Noções de Direito Constitucional – 08 questões;
- Noções de Direito Administrativo – 08 questões;
- Noções de Direito Penal – 08 questões;
- Noções de Processo Penal – 08 questões;
- Legislação Especial Penal e Processual Penal – 08 questões;
- Legislação Estadual – 10 questões;
- Contabilidade – 05 questões;
- Criminologia – 05 questões;
- Medicina Legal – 05 questões;
- Estatística – 05 questões.

NÚMERO DO GABARITO: 2

Marque, no local indicado na folha de respostas, o número 2, que é o número do gabarito deste caderno de prova e que se encontra no rodapé de cada página.

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA ENCONTRAM-SE NO VERSO DESTA PÁGINA.

LEIA COM ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

1. O candidato deverá verificar se seu caderno de prova, com 100 (cem) questões objetivas e a Prova Discursiva, está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
2. O candidato deverá preencher os campos em branco da capa do caderno de prova, com as devidas informações.
3. **DA PROVA OBJETIVA:**
 - 3.1. As questões da Prova Objetiva são do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A, B, C, D, E), das quais apenas uma é a correta, de acordo com o comando da questão.
 - 3.2. O candidato deverá transcrever as respostas da Prova Objetiva para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção dessa prova. Ao recebê-la, o candidato deverá verificar se seus dados de identificação (nome e número do pedido) estão corretos. Se houver discrepância, deverá comunicar imediatamente ao fiscal de sala.
 - 3.3. A Folha de Respostas não deverá ser amassada, dobrada, manchada, rasgada ou de nenhum outro modo danificada, para que não seja rejeitada pela leitora óptica.
 - 3.4. Após receber a Folha de Respostas, o candidato deverá ler as instruções nela contidas e seguir as seguintes rotinas:
 - a) copiar, no local indicado, duas vezes, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a frase que consta na capa do caderno de prova;
 - b) marcar, na Folha de Respostas, pintando, com caneta fabricada em material transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente ao número do gabarito que consta no caderno de prova;
 - c) assinar a Folha de Respostas.
 - 3.5. As respostas deverão ser marcadas, na Folha de Respostas, seguindo as mesmas instruções da marcação do número do gabarito (item 3.4 b), indicando a letra da alternativa de sua opção. É vedado o uso de qualquer outro material para marcação das respostas. Será anulada a resposta que contiver emenda ou rasura, apresentar mais de uma alternativa assinalada por questão, ou, ainda, aquela que, devido à marcação, não for identificada pela leitura eletrônica, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
 - 3.6. O preenchimento de todos os campos da Folha de Respostas da Prova Objetiva será da inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
 - 3.7. Não será permitido que as marcações na Folha de Respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especializado para auxílio no preenchimento/auxílio na leitura. Nesse caso, o candidato será acompanhado pelo aplicador especializado da CEV/UECE devidamente treinado e as respostas fornecidas serão gravadas em áudio.
 - 3.8. Será eliminado do Concurso Público para Oficial Investigador da Polícia Civil do Estado do Ceará o candidato que se enquadrar, dentre outras, em pelo menos uma das condições seguintes:
 - a) não marcar, na Folha de Respostas, o número do gabarito de seu caderno de prova, desde que não seja possível a identificação de tal número;
 - b) não assinar a Folha de Respostas;
 - c) marcar, na Folha de Respostas, mais de um número de gabarito, desde que não seja possível a identificação do número correto do gabarito do caderno de provas;
 - d) fizer, na Folha de Respostas, no espaço destinado à marcação do número do gabarito de seu caderno de provas, emendas, rasuras, marcação que impossibilite a leitura eletrônica, ou fizer sinais gráficos ou qualquer outra marcação que não seja a exclusiva indicação do número do gabarito de seu caderno de provas.
 - 3.9. Para garantia da segurança, é proibido ao candidato copiar o gabarito em papel, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, **o gabarito oficial preliminar e o enunciado das questões da prova** estarão disponíveis na página da CEV/UECE (www.cev.uece.br), a partir das 17 horas do dia 04 de agosto de 2025 e a **imagem completa de sua Folha de Respostas** estará disponível a partir das 17 horas do dia 20 de agosto de 2025.
 - 3.10. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação do Concurso Público para Oficial Investigador da Polícia Civil do Estado do Ceará.
 - 3.11. Por medida de segurança, não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar, dentro da sala de prova, nos corredores ou nos banheiros: armas, aparelhos eletrônicos, gravata, chaves, chaveiro, controle de alarme de veículos, óculos (excetuando-se os de grau), caneta (excetuando-se aquela fabricada em material transparente, de tinta de cor azul ou preta), lápis, lapiseira, borracha, corretivo, e outros objetos similares. Todos esses itens deverão ser acomodados em embalagem porta-objetos, disponibilizada pelo fiscal de sala, e colocados debaixo da carteira do candidato, somente podendo ser de lá retirados após a devolução da prova ao fiscal, quando o candidato sair da sala em definitivo.
 - 3.12. Bolsas, livros, jornais, impressos em geral ou qualquer outro tipo de publicação, bonés, chapéus, lenços de cabelo, bandanas ou outros objetos que não permitam a perfeita visualização da região auricular deverão ser apenas colocados debaixo da carteira do candidato.
 - 3.13. Na parte superior da carteira, ficará somente a caneta fabricada em material transparente, o documento de identidade, o caderno de provas, a Folha de Respostas e a Folha do Texto Definitivo da Prova Discursiva.
 - 3.14. O candidato, ao sair definitivamente da sala, deverá entregar a Folha de Respostas, a Folha do Texto Definitivo da Prova Discursiva e o caderno de provas, assinar a lista de presença e receber seu documento de identidade, sendo sumariamente eliminado, caso não faça a entrega da Folha de Respostas nem da Folha do Texto Definitivo da Prova Discursiva.
 - 3.15. Os recursos relativos às Provas Objetiva e Discursiva deverão ser interpostos de acordo com as instruções disponibilizadas no endereço eletrônico www.cev.uece.br.

4. DA PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO DE TEXTO DISSERTATIVO:

- 4.1. A Prova Discursiva valerá 30 pontos e consistirá na elaboração de uma redação com texto dissertativo de, no mínimo, 25 linhas e, no máximo, 30 linhas, sobre tema relevante da atualidade.
- 4.2. O documento de texto definitivo da Prova Discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta de cor preta ou azul fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especializado para auxílio do preenchimento/auxílio na leitura. Nesse caso, o candidato será acompanhado por aplicador especializado da CEV/UECE, devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- 4.3. Por medida de segurança, não serão aceitas redações escritas a lápis.
- 4.4. O documento de texto definitivo da Prova Discursiva não poderá ser assinado, rubricado ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da referida prova.
- 4.5. O documento de texto definitivo da Prova Discursiva será o único válido para a avaliação dessa prova. A folha para rascunho, contida no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não é válida para a avaliação da Prova Discursiva.
- 4.6. O documento de texto definitivo da Prova Discursiva deverá ser escrito em folha própria que é distribuída aos candidatos juntamente com a Folha de Respostas da Prova Objetiva. Ao receber a Folha do Texto Definitivo, o candidato deverá conferir atentamente todos os seus dados de identificação; caso haja alguma discrepância, deverá comunicar imediatamente ao fiscal de sala.
- 4.7. Na Folha do Texto Definitivo, o candidato deverá apor, no local apropriado, sua assinatura igual à da identidade.
- 4.8. Não haverá substituição da Folha do Texto Definitivo da Prova Discursiva por erro do candidato, em seu preenchimento.
- 4.9. É permitido ao candidato fazer sua redação em letra de forma.
- 4.10. Em caso de erro quando da escrita da redação, o candidato deverá riscar a(s) palavra(s) errada(s), cobrindo-a(s) totalmente, com a própria caneta, e escrever o que for correto em seguida, dando continuidade à escrita. Esse tipo de rasura será desconsiderado pela banca corretora desde que não interfira na compreensão do texto redigido nem se encontre em muitas linhas, seguidas ou não. Em nenhuma hipótese será permitido o uso de qualquer tipo de corretivo.
- 4.11. Não é necessário colocar título no Texto Definitivo.
- 4.12. As colunas contidas na margem direita da Folha do Texto Definitivo, bem como o espaço destinado à colocação do número de linhas não escritas, localizado no rodapé da referida folha, **não devem ser preenchidos**: esses espaços são reservados à banca corretora.
- 4.13. Será atribuída nota zero, nesta prova, ao candidato que não entregar sua Folha do Texto Definitivo da Prova Discursiva.

PROVA OBJETIVA

LÍNGUA PORTUGUESA

Mila

01 Era pouco maior do que minha mão: por isso eu
02 precisei das duas para segurá-la, 13 anos atrás. E, como
03 eu não tinha muito jeito, encostei-a ao peito para que ela
04 não caísse, simples apoio nessa primeira vez. Gostei desse
05 calor e acredito que ela também. Dias depois, quando
06 abriu os olhinhos, olhou-me fundamentalmente: escolheu-me
07 para dono. Pior: me aceitou.

08 Foram 13 anos de chamego e encanto.
09 Dormimos muitas noites juntos, a patinha dela em cima
10 do meu ombro. Tinha medo de vento. O que fazer contra
11 o vento?

12 Amá-la — foi a resposta e também acredito que
13 ela entendeu isso. Formamos, ela e eu, uma dupla
14 dinâmica contra as ciladas que se armam. E também
15 contra aqueles que não aceitam os que se amam. Quando
16 meu pai morreu, ela se chegou, solidária, encostou sua
17 cabeça em meus joelhos, não exigiu a minha festa, não
18 queria disputar espaço, ser maior do que a minha tristeza.

19 Tendo-a ao meu lado, eu perdi o medo do
20 mundo e do vento. E ela teve uma ninhada de nove
21 filhotes, escolhi uma de suas filhinhas e nossa dupla ficou
22 mais dupla porque passamos a ser três. E passeávamos
23 pela Lagoa, com a idade ela adquiriu “fumos fidalgos”,
24 como o Dom Casmurro, de Machado de Assis. Era uma
25 lady, uma rainha de Sabá numa liteira inundada de sol e
26 transportada por súditos imaginários.

27 No sábado, olhando-me nos olhos, com seus
28 olhinhos cor de mel, bonita como nunca, mais que amada
29 de todas, deixou que eu a beijasse chorando. Talvez ela
30 tenha compreendido. Bem maior do que minha mão, bem
31 maior do que o meu peito, levei-a até o fim.

32 Eu me considerava um profissional decente. Até
33 semana passada, houvesse o que houvesse, procurava
34 cumprir o dever dentro de minhas limitações. Não foi
35 possível chegar ao gabinete onde, quietinha, deitada a
36 meus pés, esperava que eu acabasse a crônica para ficar
37 com ela.

38 Até o último momento, olhou para mim, me
39 escolhendo e me aceitando. Levei-a, em meus braços,
40 apoiada em meu peito. Apertei-a com força, sabendo que
41 ela seria maior do que a saudade.

CONY, Carlos Heitor. Mila. In: SANTOS, Joaquim Ferreira dos (org.). *As Cem Melhores Crônicas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 271–272.

01. O tema central em torno do qual se organiza o texto é

- A) o abandono animal, representado pela atitude do narrador em manter apenas um filhote da ninhada.
- B) a relação afetiva entre um animal de estimação e seu tutor, que marca a vida de ambos.
- C) o tratamento humanizado do animal de estimação como causa de incômodo para o narrador.
- D) a solidão do narrador e a descrição de sua profissão, diretamente relacionada ao animal.
- E) a limitação da vida doméstica do animal em comparação aos passeios externos junto ao narrador.

02. O texto é uma crônica porque se caracteriza como uma narrativa que

- A) aborda assuntos do cotidiano, com poucos personagens, em uma perspectiva de observação e reflexão.
- B) transmite uma lição de moral ou ensinamento sobre a vida, com personagens antropomorfizados.
- C) descreve feitos heroicos e eventos históricos relevantes com exaltação cultural
- D) explora temas, personagens e enredos diversos, com uma abordagem profunda do universo ficcional dos personagens.
- E) utiliza elementos fantásticos e sobrenaturais para explicar a origem dos fenômenos e das tomadas de decisões dos personagens.

03. No trecho: “E passeávamos pela Lagoa, com a idade ela adquiriu ‘fumos fidalgos’” (linhas 22-23), a expressão destacada significa

- A) gestos empáticos.
- B) características dinâmicas.
- C) sentimentos amorosos.
- D) feições generosas.
- E) atitudes arrogantes.

04. Assinale a opção em que o emprego do sinal indicativo de crase está correto.

- A) O homem ficou cara à cara com seu novo animal de estimação.
- B) O homem encostou o animal à face em um gesto carinhoso.
- C) Ele escreveu à lápis um bonito texto sobre animais.
- D) Não estava disposto à desistir da vida de escritor.
- E) A vizinhança aderiu à estas campanhas de adoção animal.

05. Ao escrever um texto, o autor utiliza vários elementos para manter sua coesão. Sobre esse aspecto, analise as seguintes afirmações:

- I. Em “[...] por **isso** eu precisei das duas para segurá-la [...]” (linhas 01-02), a expressão destacada se refere a um fato exposto anteriormente.
- II. Em “E também contra aqueles que não aceitam os **que** se amam” (linhas 14-15), o termo destacado refere-se a “animais”.
- III. Em “E, como eu não tinha muito jeito, encostei-**a** ao peito para que **ela** não caísse.” (linhas 02-04), os termos destacados referem-se ao mesmo elemento.
- IV. Em “Formamos, ela e eu, uma dupla dinâmica contra as ciladas **que** se armam.” (linhas 13-14), o termo destacado refere-se a “ciladas”.

Está correto somente o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I, III e IV.
- E) II e IV.

- 06.** No trecho: “Eu me considerava **um profissional decente**¹. Até semana passada, houvesse o que houvesse, procurava cumprir **o dever**² dentro de **minhas**³ limitações.” (linhas 32-34), há elementos sintáticos destacados que se classificam respectivamente como:
- A) predicativo do objeto¹; objeto direto²; adjunto adnominal³.
 - B) sujeito¹; objeto indireto²; sujeito³.
 - C) predicativo do sujeito¹; objeto indireto²; objeto direto³.
 - D) objeto direto¹; objeto direto²; objeto indireto³.
 - E) sujeito¹; objeto indireto²; objeto direto³.

- 07.** No trecho: “Formamos, ela e eu, uma dupla dinâmica contra as ciladas **que se armam**” (linhas 13-14), a expressão destacada classifica-se sintaticamente como oração subordinada
- A) substantiva objetiva direta.
 - B) adjetiva explicativa.
 - C) substantiva objetiva indireta.
 - D) adjetiva restritiva.
 - E) substantiva completiva nominal.

- 08.** Os sinais de pontuação também indicam as relações semânticas entre os elementos da frase e o sentido global do texto. Está correta a relação entre a pontuação e a função semântica asseverada em
- A) “Era pouco maior do que minha mão: por isso eu precisei das duas para segurá-la, 13 anos atrás.” (linhas 01-02) – O uso de dois pontos justifica a pausa longa que isolou os trechos.
 - B) “Dias depois, quando abriu os olhinhos, olhou-me fundamente: escolheu-me para dono.” (linhas 05-07) – As vírgulas são usadas para separar elementos de uma enumeração.
 - C) “Amá-la — foi a resposta e também acredito que ela entendeu isso” (linhas 12-13) – O uso de travessão marca um diálogo entre os personagens.
 - D) “O que fazer contra o vento?” (linhas 10-11) – O uso de ponto de interrogação aponta uma reflexão a partir de interação com o leitor.
 - E) “E passeávamos pela Lagoa, com a idade ela adquiriu ‘fumos fidalgos’.” – (linhas 22-23) – O uso de aspas indica expressão estrangeira.

- 09.** A concordância verbal está devidamente realizada em:
- A) Todos ali queriam terem momentos felizes com os amigos.
 - B) Houveram momentos em que ele quis desistir da profissão.
 - C) Fazem dois meses que ele foi transferido de setor.
 - D) Muitas pessoas haviam abraçado a causa animal.
 - E) O escritor e o amigo sentia saudade do animal de estimação.

- 10.** Recebem acento gráfico, pela mesma regra de aplicação, as palavras:
- A) seriíssimo, ordinário e possível.
 - B) rábula, notícia e também.
 - C) médicos, mínimo e atrás.
 - D) dinâmica, crônica e passeávamos.
 - E) só, três e está.

INFORMÁTICA

- 11.** No Windows 11, o recurso “Histórico da Área de Transferência” permite ao usuário
- A) recuperar arquivos deletados permanentemente da lixeira.
 - B) sincronizar automaticamente dados entre diferentes dispositivos.
 - C) criptografar todos os dados antes de copiá-los.
 - D) converter formatos de arquivo durante o processo de cópia.
 - E) visualizar e reutilizar múltiplos itens copiados anteriormente.
- 12.** Em navegadores web, uma URL (Uniform Resource Locator) representa
- A) o protocolo de criptografia usado na conexão.
 - B) o endereço de um recurso na internet.
 - C) o histórico de navegação do usuário.
 - D) a velocidade de conexão com a internet.
 - E) o tipo de arquivo que está sendo baixado.
- 13.** No LibreOffice Writer, para criar um índice automático de conteúdo, é necessário que o documento tenha
- A) apenas numeração de páginas configurada.
 - B) tabelas inseridas em cada seção.
 - C) campos de data e hora predefinidos.
 - D) estilos de cabeçalho aplicados aos títulos.
 - E) controle de quebras manuais de página.
- 14.** No LibreOffice Calc, a função PROCV (VLOOKUP) é utilizada para
- A) calcular a média de valores em uma coluna.
 - B) contar o número de células não vazias em uma planilha.
 - C) formatar condicionalmente as células de acordo com critérios.
 - D) inserir automaticamente a data atual em uma célula.
 - E) buscar um valor em uma tabela e retornar um valor correspondente.
- 15.** O protocolo SMTP (Simple Mail Transfer Protocol) é utilizado especificamente para
- A) acessar mensagens armazenadas no servidor de e-mail.
 - B) criptografar automaticamente todas as mensagens enviadas.
 - C) sincronizar contatos entre diferentes dispositivos.
 - D) compactar anexos de arquivos grandes.
 - E) enviar mensagens de e-mail entre servidores.
- 16.** No LibreOffice Impress, os botões de ação são recursos que permitem
- A) criar hiperlinks e navegação interativa durante a apresentação.
 - B) alterar automaticamente o design dos slides.
 - C) inserir efeitos de som em todos os slides simultaneamente.
 - D) converter a apresentação para diferentes formatos de arquivo.
 - E) organizar os slides em ordem alfabética.
- 17.** Em relação aos conceitos de Segurança da Informação, o princípio da confidencialidade garante que
- A) os dados estejam sempre disponíveis quando necessário.
 - B) as informações não sejam alteradas de forma não autorizada.
 - C) apenas pessoas autorizadas tenham acesso às informações.
 - D) seja possível rastrear todas as ações realizadas no sistema.
 - E) os dados sejam automaticamente copiados para locais seguros.

18. Em relação aos conceitos de Segurança da Informação, o conceito “Autenticação Multifator (MFA)” se diferencia do considerado, mais comumente, como conceito da autenticação tradicional por

- A) utilizar apenas senhas mais complexas e extensas.
- B) requerer múltiplas tentativas de login para validação.
- C) combinar diferentes categorias de fatores de autenticação.
- D) permitir acesso simultâneo a partir de vários dispositivos.
- E) aplicar criptografia dupla nos dados de autenticação.

19. Uma organização precisa implementar a criptografia de dados para proteger suas informações durante a transmissão pela rede. Em relação aos princípios de Segurança da Informação, essa medida visa especificamente garantir o princípio de

- A) disponibilidade dos dados.
- B) auditoria dos acessos.
- C) integridade referencial.
- D) recuperação de desastres.
- E) confidencialidade das informações.

20. O processo de “mineração” em criptomoedas como o Bitcoin envolve

- A) a resolução de problemas matemáticos complexos para validar transações e criar novos blocos.
- B) a criação física de moedas digitais em casas da moeda especializadas.
- C) a conversão automática de moedas tradicionais em moedas digitais.
- D) o armazenamento de criptomoedas em bancos centrais regulamentados.
- E) a transferência direta de valores entre contas bancárias convencionais.

RACIOCÍNIO LÓGICO

21. Em uma publicação (tomo impresso) do Instituto Rui Barbosa – IRB –, editada em 2024, está registrado que, até julho daquele ano, cerca de 60% dos Tribunais de Contas do Brasil já haviam implantado o uso da Inteligência Artificial (IA) em análises e interpretações de contas públicas. Entre estes, 45% planejavam expandir proximamente o uso de IA para áreas administrativas e da Tecnologia da Informação (TI). Sendo assim, o percentual do total dos tribunais que se enquadravam nas 2 (duas) condições – em relação ao total dos tribunais do Brasil – é de

- A) 15%.
- B) 27%.
- C) 22,5%.
- D) 32%.
- E) 35,5%.

22. Na Sala de Exposição da sede social do Estrela Esporte Clube, os objetos e símbolos que retratam vitórias e destaques alcançados pelo clube em sua trajetória são exibidos e organizados em uma galeria contendo espaços identificados e ordenados numericamente de 1 a 5. Os objetos são: bola (de futebol), chuteira (de atleta), raquete (de tênis), luva (de boxe) e troféu (taça de campeão).

Considere as seguintes informações verdadeiras:

- I. O troféu não pode estar na posição central (número 3).
- II. A raquete e a bola estão localizadas em posições identificadas com números pares.
- III. A chuteira e a bola estão em posições vizinhas.
- IV. A luva não pode estar nas posições inicial (número 1) e central (número 3).

Considerando as afirmações acima apresentadas, é correto afirmar que

- A) o troféu está na primeira posição (número 1).
- B) o troféu está na última posição (número 5).
- C) o troféu e a luva podem estar vizinhos.
- D) a bola e a luva não podem estar vizinhas.
- E) a bola e o troféu não podem estar vizinhos.

RASCUNHO

(SE NECESSÁRIO, UTILIZE A ÚLTIMA FOLHA DESTA CADERNO DE PROVAS PARA REASCUNHO.)

23. Nas linhas L1, L2, L3, ... (a seguir apresentadas), estão exibidos números inteiros positivos, escolhidos em conformidade com uma lógica estrutural própria que é estabelecida a partir da terceira linha:

- L1 = 1
- L2 = 1, 1
- L3 = 1, 1, 2
- L4 = 1, 1, 2, 3
- L5 = 1, 1, 2, 3, 5
- L6 = 1, 1, 2, 3, 5, 8
-

Considerando que a coleção de linhas pode ser sequencialmente prolongada, é correto afirmar que a soma dos números constantes na oitava linha (L8) é igual a

- A) 54.
- B) 58.
- C) 50.
- D) 52.
- E) 56.

24. Sobre um artigo publicado em um veículo de comunicação, abordando a temática político-econômica, um analista crítico assim se pronunciou: “Trata-se de um artigo compreensível em sua argumentação, porém superficial quanto ao seu conteúdo”. Interprete e analise os 5(cinco) seguintes comentários relativos ao artigo:

- I. “É verdade que: se o artigo é incompreensível em sua argumentação, então é profundo no seu conteúdo”.
- II. “O artigo é compreensível na argumentação ou não é profundo no seu conteúdo”.
- III. “O artigo é incompreensível e é superficial”.
- IV. “Não é verdade que: se o artigo é compreensível, então é superficial”.
- V. “Não é verdade que: o artigo é incompreensível ou é profundo”.

Assim, é correto afirmar que o número de comentários que têm sentido opinativo, segundo a lógica formal, coincidente com a opinião do crítico é

- A) 5.
- B) 1.
- C) 4.
- D) 2.
- E) 3.

25. Com respeito às características e propriedades dos números inteiros positivos, a denominação NÚMERO PRIMO refere-se a qualquer um destes números que satisfaz a seguinte condição: “o número é maior do que 1 e é divisível somente pelo número 1 e por si mesmo (isto é, possui exatamente 2 divisores diferentes)”. Inspirado neste contexto e observando a estrutura lógica constituidora da sequência 8, 27, 125, 343, 1331, x, ..., é correto concluir que o número x é

- A) 1661.
- B) 1743.
- C) 2015.
- D) 2332.
- E) 2197.

26. Um total de 4 casais se reuniu em um evento comemorativo. Ao iniciar o encontro, cada pessoa escreveu, em um cartão, seu nome e sua idade, sem identificação do nome do seu respectivo cônjuge. Os nomes e idades estão descritos a seguir: no grupo das esposas, constam Anita (29 anos), Beatriz (28 anos), Creusa (30 anos), Diana (27 anos) e o grupo dos maridos está constituído por André (30 anos), Bernardo (26 anos), Clécio (28 anos) e Dorival (32 anos). Foi solicitado a 4 (quatro) dessas pessoas que apresentassem, individualmente, um registro interessante envolvendo os nomes e as idades dos presentes, constatando-se as seguintes afirmações:

- I. As letras iniciais dos nomes masculinos coincidem com as dos nomes femininos, mas somente um casal possui a mesma letra inicial nos respectivos nomes.
- II. Um casal é constituído pelos cônjuges que possuem as maiores idades.
- III. Em um casal, a idade da mulher é maior do que a do seu cônjuge.
- IV. Em um casal, as idades dos cônjuges coincidem.

Considerando esse cenário, é correto afirmar que

- A) são dois os casais cujas idades dos cônjuges coincidem.
- B) a soma das idades de um dos casais é 57.
- C) a maior diferença de idades entre os casais é de 3 anos.
- D) a soma das idades de um dos casais é 60.
- E) um casal é constituído com os mais jovens cônjuges.

RASCUNHO

(SE NECESSÁRIO, UTILIZE A ÚLTIMA FOLHA DESTE CADERNO DE PROVAS PARA REASCUNHO.)

As questões de números 27, 28 e 29 são fundamentadas nos itens especificados a seguir:

- 60 (sessenta) bolas esféricas, não distinguíveis quanto à forma e ao peso, das quais 18 (dezoito) são de cor verde, 16 (dezesesseis) são amarelas, 14 (quatorze) são azuis e 12 (doze) são brancas;
- Uma caixa, em que podem ser depositadas as 60 (sessenta) bolas; e outras caixas menores que comportam 10 (dez) bolas no interior de cada uma delas.

27. Considerando a caixa maior com as 60 (sessenta) bolas colocadas no seu interior, é correto afirmar que o número mínimo de bolas que devem ser retiradas da caixa de modo a assegurar que, pelo menos, 2 (duas) bolas sejam da mesma cor, amarela ou azul, é

- A) 34.
- B) 33.
- C) 32.
- D) 36.
- E) 35.

28. Em outra situação, são retiradas bolas da caixa maior, onde estão todas as 60 (sessenta) bolas, e acomodadas em algumas das caixas menores, colocando-se 10 (dez) em cada caixa, de forma que em todas elas estejam 1(uma) bola branca, 2 (duas) azuis, 3 (três) amarelas e 4 (quatro) verdes. As bolas que restaram na caixa maior não são suficientes para preencher mais uma caixa menor com a distribuição descrita. Assim, pode-se concluir acertadamente que o número de bolas verdes ou azuis que restaram na caixa maior é igual a

- A) 8.
- B) 10.
- C) 7.
- D) 11.
- E) 9.

29. Considere que na caixa maior estão depositadas exatamente as 18 bolas verdes e n bolas brancas. Sendo retirada 1(uma) bola, aleatoriamente, da caixa, o valor de n para que essa bola retirada aleatoriamente seja de cor branca, com probabilidade resultando igual a $2/5$ é

- A) 9.
- B) 13.
- C) 10.
- D) 11.
- E) 12.

30. Para resolução desta questão, foram convencionadas as seguintes notações, linguagens genéricas e simbologia envolvendo uma situação hipotética sobre conjuntos:

- letras maiúsculas em negrito representam conjuntos e letras minúsculas em negrito, seus elementos;
- \in significa elemento pertencente a um conjunto e \notin significa sua negação;
- $n(X)$ indica o número de elementos do conjunto X ;
- em um determinado hospital, H designa o conjunto de todos os seus profissionais graduados, M o conjunto de médicos e F o conjunto de fisioterapeutas.

Considerando as convenções expostas acima, assinale a afirmação verdadeira.

- A) Qualquer que seja $x \in H$, tem-se $x \in M$ ou $x \in F$.
- B) Se $x \in M$ ou $x \in F$, então $x \in H$.
- C) Existe $x \in H$ tal que $x \in M$ e $x \notin F$.
- D) Existe $x \in H$ tal que $x \in M$ e $x \in F$.
- E) Se T é o conjunto de todos os médicos e fisioterapeutas, então $n(T) = n(M) + n(F)$.

RASCUNHO

(SE NECESSÁRIO, UTILIZE A ÚLTIMA FOLHA DESTE CADERNO DE PROVAS PARA REASCUNHO.)

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

31. Assinale a opção que apresenta uma das hipóteses de perda ou suspensão dos direitos políticos, prevista no texto constitucional brasileiro.

- A) Cancelamento da naturalização mediante regular processo administrativo.
- B) Incapacidade relativa para a prática de atos civis, trabalhistas e penais.
- C) Recusa de cumprir prestação alternativa fixada no texto constitucional.
- D) Responsabilização cível ou criminal por atos de improbidade administrativa.
- E) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

32. Segundo a Constituição Federal, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que

- A) adquirir outra nacionalidade como condição para o exercício de direitos civis em território estrangeiro.
- B) adquirir outra nacionalidade mediante imposição de naturalização pela norma estrangeira.
- C) tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização.
- D) fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira em razão de situações que acarretem apatridia.
- E) tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse da administração pública brasileira.

33. O dispositivo constitucional, segundo o qual ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, traz um exemplo de norma de eficácia

- A) plena.
- B) contida.
- C) limitada.
- D) programática.
- E) restritiva.

34. Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, o remédio constitucional é o(a)

- A) habeas data.
- B) ação civil pública.
- C) ação popular.
- D) mandado de injunção.
- E) mandado de segurança.

35. A vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são garantias constitucionais concedidas aos membros do(a)

- A) Defensoria Pública e da magistratura.
- B) Defensoria Pública e da Advocacia Pública.
- C) Ministério Público e da magistratura.
- D) Ministério Público e da Advocacia Pública.
- E) Ministério Público e da Defensoria Pública.

36. Sobre as competências legislativas dos entes da Federação brasileira, é correto afirmar que

- A) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos estados e municípios.
- B) a superveniência de lei estadual sobre normas gerais suspende a eficácia da lei municipal, no que lhe for contrário.
- C) inexistindo lei estadual sobre normas gerais, os municípios exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- D) a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais no âmbito da legislação concorrente.
- E) lei ordinária estadual poderá autorizar os municípios a legislar sobre questões específicas de interesse local.

37. Considerando as regras constitucionais aplicadas aos servidores públicos, assinale a afirmação verdadeira.

- A) É permitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- B) Lei complementar federal autoriza a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio ou geral de previdência social.
- C) Lei ordinária poderá estabelecer critérios e forma de contagem de serviço público, bem como tempo de contribuição fictício, para fins de concessão de benefícios previdenciários.
- D) O servidor público civil abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado, com proventos integrais, aos 75 anos de idade.
- E) As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo.

38. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República,

- A) legislar sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.
- B) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- C) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
- D) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- E) suspender a execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

39. Sendo uma manifestação unilateral de vontade da Administração Pública, o ato administrativo, baseado na legalidade, tem por fim produzir efeitos jurídicos no âmbito do Direito Público. Quanto aos efeitos, os atos administrativos são classificados em

- A) constitutivos e declaratórios.
- B) ampliativos e restritivos.
- C) concretos e abstratos.
- D) discricionários e vinculados.
- E) unilaterais e bilaterais.

40. A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará é um(a)

- A) órgão da Administração Pública Direta.
- B) entidade da Administração Pública Centralizada.
- C) entidade da Administração Pública Direta.
- D) unidade orçamentária da Administração Indireta.
- E) órgão da Administração Pública Descentralizada.

41. Considerando os atos administrativos, é correto afirmar que

- A) são impostos a todos independentemente da vontade do destinatário.
- B) a lei brasileira afirma que todo ato praticado no exercício da função administrativa é ato administrativo.
- C) as matérias de competência exclusiva de autoridade pública podem ser objeto de delegação.
- D) o ônus de provar a legitimidade e veracidade dos atos administrativos é da própria Administração Pública.
- E) são desprovidos de manifestação de vontade, cuja natureza é meramente executória.

42. A autoridade que a Administração Pública tem de regular a prática de ato ou abstenção de fato, limitando ou disciplinando direitos ou interesses individuais, denomina-se

- A) competência hierárquica.
- B) competência legislativa.
- C) poder de polícia.
- D) poder de fiscalizar.
- E) poder regulamentador.

43. Auxiliar do Congresso Nacional no controle externo, o Tribunal de Contas da União, cujo objetivo é fortalecer a governança, fiscalizar e promover o uso responsável do dinheiro público, exerce a função de controle

- A) hierárquico.
- B) administrativo.
- C) judicial.
- D) legislativo.
- E) político.

44. Quando os atos praticados pelos agentes públicos resultam em prejuízos ou danos a terceiros, mesmo sem culpa, tem-se caracterizada a

- A) responsabilidade civil subjetiva.
- B) responsabilidade civil objetiva.
- C) responsabilidade fiscal.
- D) teoria da culpa administrativa.
- E) teoria do risco integral.

45. Considerando a Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis, assinale a opção que corresponde a uma unidade de execução da polícia civil.

- A) Coordenadoria Regional de Inteligência
- B) Instituto de Criminalística
- C) Departamento de Identificação Civil
- D) Instituto de Medicina Legal
- E) Núcleos de Inteligência Especializada

46. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário,

- A) adquirir, no exercício, de cargo, de emprego ou de função pública, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos administrativos, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
- B) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços por preço superior ao valor de mercado.
- C) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- D) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.
- E) utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de entidades públicas, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

47. Se determinado crime for praticado por estrangeiro, contra outro estrangeiro, a bordo de embarcação estrangeira de propriedade privada que esteja em mar territorial do Brasil, será aplicada a

- A) lei penal brasileira.
- B) lei da nacionalidade da embarcação.
- C) lei da nacionalidade da vítima.
- D) norma definida em convenções internacionais.
- E) norma definida em tratados internacionais.

48. No Brasil, o Princípio da Anterioridade da Lei penal, também conhecido como Princípio da Prévia Legalidade, encontra-se previsto

- A) no Código Penal e na Constituição Federal.
- B) na Lei Especial de Execução Penal.
- C) somente na Constituição Federal.
- D) somente na Lei Processual Penal brasileira.
- E) somente no Código Penal brasileiro.

49. A ação penal pública, no direito penal brasileiro, é aquela que depende de iniciativa do Ministério Público, ou seja, do Estado. Em uma ação penal pública, o sujeito ativo é

- A) a vítima da ação criminosa.
- B) aquele que apura o crime.
- C) aquele que denuncia o crime.
- D) aquele que comete o crime.
- E) o titular da ação penal.

50. Assinale a opção que corresponde a um tipo de crime praticado contra a incolumidade pública.

- A) feminicídio
- B) infanticídio
- C) rufianismo
- D) charlatanismo
- E) sequestro

51. Causas excludentes de culpabilidade dizem respeito a circunstâncias que afastam o juízo de reprovação da conduta injusta, mesmo que ela seja típica ou antijurídica. Sendo assim, assinale a opção que corresponde a uma causa excludente de culpabilidade.

- A) estado de necessidade
- B) estrito cumprimento de dever legal
- C) exercício regular de direito
- D) legítima defesa
- E) coação moral irresistível

52. Considerando o Código Penal Brasileiro, é correto afirmar que são crimes praticados contra a pessoa:

- A) apropriação indébita, violação de domicílio, invasão de dispositivo informático, roubo, furto, receptação e extorsão.
- B) intimidação sistemática, violação de domicílio, invasão de dispositivo informático e sonegação ou destruição de correspondência.
- C) intimidação sistemática, apropriação indébita, estelionato e sonegação ou destruição de correspondência.
- D) intimidação sistemática, estelionato, extorsão, violência doméstica e sonegação ou destruição de correspondência.
- E) roubo, furto, violação de domicílio, violência doméstica, invasão de dispositivo informático e apropriação indébita.

53. Assinale a opção que corresponde a crimes contra a Administração Pública, que só podem ser cometidos por funcionário público.

- A) corrupção ativa, descaminho, excesso de exação e condescendência criminosa
- B) favorecimento pessoal, concussão, corrupção ativa e tráfico de influência
- C) peculato, excesso de exação, concussão e condescendência criminosa
- D) peculato, concussão, tráfico de influência e favorecimento pessoal
- E) peculato, descaminho, condescendência criminosa e corrupção ativa

54. De acordo com o Código Penal Brasileiro, assinale a opção que apresenta somente crimes praticados contra a paz pública.

- A) associação criminosa, falsidade ideológica, moeda falsa e uso de documento falso
- B) falsificação de documento público, falsidade ideológica e apologia de crime ou criminoso
- C) falsificação de documento público, incitação ao crime e uso de documento falso
- D) associação criminosa, incitação ao crime e apologia de crime ou criminoso
- E) uso de documento falso, incitação ao crime, moeda falsa, e apologia de crime ou criminoso

55. Um estudante de Direito afirmou que o Inquérito Policial

- I. é um procedimento administrativo formal;
- II. é um processo penal inquisitório e oficial;
- III. é fundamental para a decretação de medidas cautelares;
- IV. tem a função de colher elementos de autoria e materialidade;
- V. não pode ser arquivado por determinação da autoridade policial.

Estão corretas as complementações contidas em

- A) I, III e V apenas.
- B) IV apenas.
- C) I, II, III, IV e V.
- D) I, II, III e IV apenas.
- E) II e V apenas.

NOÇÕES DE PROCESSO PENAL

56. A garantia constitucional, segundo a qual “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”, diz respeito ao princípio do(a)

- A) ampla defesa.
- B) juiz natural.
- C) devido processo legal.
- D) identidade física do juiz.
- E) presunção de inocência.

57. Com base na doutrina jurídica nacional e considerando as principais características do Direito Processual Penal brasileiro, é correto afirmar que esse Direito é

- A) protecionista, flexível e intervencionista.
- B) autônomo, normativo e protecionista.
- C) protecionista, instrumental e flexível.
- D) autônomo, normativo e instrumental.
- E) protecionista, normativo e intervencionista.

58. No que concerne ao Inquérito Policial, é correto afirmar que

- A) caberá recurso do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, para o órgão do Poder Judiciário competente.
- B) o inquérito policial será iniciado de ofício, nos crimes de ação privada, se for requerido, no prazo legal, por pessoa plenamente capaz.
- C) a autoridade policial, nos crimes de ação pública, somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- D) o inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- E) a autoridade policial mencionará anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes, nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados.

59. Segundo o Código de Processo Penal, as provas obtidas em violação a normas constitucionais ou legais

- A) podem ser aproveitadas, em situações excepcionais.
- B) podem ser declaradas ilícitas pela autoridade policial.
- C) devem ser inutilizadas por decisão da autoridade policial.
- D) devem ser desentranhadas do processo penal.
- E) podem ser desconsideradas pela autoridade judiciária.

60. Por conveniência da instrução criminal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, poderá ser decretada

- A) prisão preventiva.
- B) medida de segurança.
- C) monitoração eletrônica.
- D) prisão provisória.
- E) prisão temporária.

- 61.** Acerca do interrogatório do acusado, no processo penal, assinale a afirmação verdadeira.
- A) Havendo mais de um acusado, todos serão qualificados e interrogados simultaneamente.
 - B) O interrogatório será constituído de duas partes, quais sejam, sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.
 - C) O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, mesmo sem defensor, será qualificado.
 - D) O silêncio, que não importará em confissão, poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.
 - E) Se o interrogando negar a acusação, no todo ou em parte, terá que apresentar provas de sua inocência no prazo legal.

- 62.** Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, promover escuta ambiental ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei. A pena para esse crime é
- A) de detenção e multa.
 - B) em regime semiaberto.
 - C) em regime fechado.
 - D) restritiva de direitos.
 - E) de reclusão e multa.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL PENAL E PROCESSUAL PENAL

- 63.** Com base na Lei Maria da Penha, analise as seguintes afirmações:

- I. A autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de seus dependentes.
- II. A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.
- III. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, a requerimento da ofendida.
- IV. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.
- V. Exclui-se da competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à partilha de bens.

É correto o que se afirma em

- A) II e IV apenas.
- B) I, II, IV e V apenas.
- C) I, III e V apenas.
- D) I, II, III, IV e V.
- E) III e V apenas.

- 64.** Omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias

- A) caracteriza crime contra as relações de consumo.
- B) configura crime contra as atividades econômicas.
- C) configura ilícito civil contra a administração pública.
- D) constitui ilícito civil contra a administração tributária.
- E) constitui crime contra a ordem tributária.

- 65.** Sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, é correto afirmar que

- A) cabe, às autoridades policiais, a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.
- B) as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza administrativa, não essenciais, mas exclusivas de Estado.
- C) o indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.
- D) durante a investigação criminal, cabe ao Oficial Investigador de Polícia a requisição de informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.
- E) o inquérito policial ou qualquer outro procedimento investigatório não poderá ser avocado nem redistribuído por superior hierárquico.

- 66.** Polícia de costumes diz respeito a uma força policial cujo foco direciona-se a questões de moralidade pública, costumes e comportamentos considerados socialmente inadequados ou imorais pela sociedade ou por quem se encontra no poder. Sendo assim, configura-se como exemplo de contravenção penal relativa à polícia de costumes

- A) explorar ou realizar a loteria denominada jogo do bicho, ou praticar qualquer ato relativo à sua realização ou exploração.
- B) disparar arma de fogo em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela.
- C) fabricar, importar, exportar, ter em depósito ou vender, sem permissão da autoridade, arma ou munição.
- D) recusar à autoridade, quando esta, justificadamente, solicitar dados concernentes à própria identidade, profissão, domicílio e residência.
- E) trazer consigo arma fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade policial competente.

- 67.** No que diz respeito ao crime de tortura, é correto afirmar que

- A) aquele que se omite, em face dessa conduta criminosa, quando tinha o dever de evitá-la ou apurá-la, incorre na pena de demissão da função pública a bem do serviço público.
- B) o condenado por esse crime iniciará o cumprimento da pena em regime semiaberto.
- C) é inafiançável, imprescritível e suscetível de graça ou anistia, nas hipóteses previstas em lei.
- D) a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- E) se aplica a pena de detenção e multa se da tortura resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.

- 68.** De acordo com a legislação brasileira, crimes hediondos são inafiançáveis e insuscetíveis de graça, anistia ou indulto, além de terem um rigoroso regime de cumprimento de pena. São considerados, por lei, crimes hediondos:

- A) estupro, latrocínio, sequestro e cárcere privado.
- B) organização criminosa, estupro, latrocínio e genocídio.
- C) tráfico de pessoas, feminicídio e estupro de vulnerável.
- D) tráfico de pessoas, organização criminosa e estupro.
- E) feminicídio, genocídio e estupro de vulnerável.

69. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido à pena de

- A) limitação noturna e de final de semana.
- B) monitoramento eletrônico.
- C) prestação pecuniária alternativa.
- D) prisão administrativa e provisória.
- E) prestação de serviços à comunidade.

70. O negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos, denomina-se

- A) inquérito civil público.
- B) inquérito policial.
- C) procedimento investigativo criminal.
- D) termo circunstanciado de ocorrência.
- E) acordo de colaboração premiada.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

71. Segundo a Constituição do Estado do Ceará, a atividade policial é submetida ao controle externo do(a)

- A) Casa Civil do Governador.
- B) Gabinete do Governador.
- C) Procuradoria de Justiça.
- D) Secretaria da Segurança Pública.
- E) Ministério Público.

72. O reingresso no sistema administrativo do aposentado por invalidez, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria, denomina-se

- A) readaptação.
- B) reaproveitamento.
- C) reversão.
- D) recondução.
- E) reintegração.

73. A retribuição correspondente ao padrão, nível ou símbolo do cargo a que esteja vinculado o funcionário público do Estado do Ceará, em razão do efetivo exercício de função pública, denomina-se

- A) vencimento.
- B) gratificação.
- C) remuneração.
- D) salário.
- E) subsídio.

74. Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Ceará, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor

- A) ficará em licença especial por tempo determinado.
- B) será exonerado com direito à indenização.
- C) será reaproveitado em outro cargo público.
- D) ficará em disponibilidade remunerada.
- E) terá seu vínculo funcional suspenso.

75. Em virtude da prestação de serviços extraordinários, o servidor público do Estado do Ceará tem direito ao recebimento de

- A) gratificação.
- B) abono salarial.
- C) adicional.
- D) ajuda de custo.
- E) verba indenizatória.

76. Tendo em vista a gravidade do ilícito praticado por servidor do Estado do Ceará, a demissão poderá ser aplicada com a nota “a bem do serviço público”, a qual constará sempre nos casos de

- A) crime praticado em detrimento da dignidade da função pública.
- B) insubordinação grave em serviço.
- C) quebra do dever de sigilo funcional.
- D) crime praticado contra a administração pública.
- E) ofensa física em serviço contra funcionário ou terceiros.

77. Os cargos pertencentes à Polícia Civil do Estado do Ceará serão preenchidos por meio de

- A) promoção, progressão e aproveitamento.
- B) reintegração, promoção e ascensão funcional.
- C) nomeação, ascensão funcional e reintegração.
- D) provimento, aproveitamento e exercício funcional.
- E) provimento, promoção e progressão funcional.

78. Sobre as transgressões e sanções disciplinares previstas no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Ceará, assinale a afirmação verdadeira.

- A) A qualquer tempo, a autoridade competente para aplicar a pena de suspensão poderá convertê-la em advertência e multa.
- B) A sanção cabível para a transgressão disciplinar do terceiro grau é a demissão a bem do serviço público, além de multa.
- C) Negligenciar revista a preso e a cela configura transgressão disciplinar de primeiro grau, sujeitando o infrator à pena de repreensão.
- D) Durante o período de suspensão, o policial civil perderá todos os direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo.
- E) O policial civil que sofrer pena de suspensão será transferido para outra unidade policial, quando essa medida for de interesse do infrator.

79. Segundo o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Ceará, o ato pelo qual o servidor nomeado assume formalmente as atribuições do cargo que lhe são atribuídas em lei denomina-se

- A) estágio probatório.
- B) nomeação.
- C) exercício funcional.
- D) posse.
- E) provimento.

80. A apuração da responsabilidade funcional, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Ceará, será procedida através de

- A) Inquérito Administrativo ou Civil.
- B) Processo Administrativo ou de Inquérito Civil.
- C) Inquérito Civil ou de Processo Investigativo.
- D) Processo Civil ou de Sindicância.
- E) Sindicância ou de Processo Administrativo.

CONTABILIDADE

- 81.** De acordo com a teoria da Contabilidade, a compra a prazo de mercadorias para revenda representa um fato administrativo
- A) misto aumentativo.
 - B) misto diminutivo.
 - C) modificativo aumentativo.
 - D) permutativo.
 - E) modificativo diminutivo.
- 82.** Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade, é correto afirmar que o principal livro de escrituração contábil é denominado
- A) balancete.
 - B) caixa.
 - C) lalur.
 - D) diário.
 - E) razão.
- 83.** O montante do patrimônio líquido de determinada entidade pública ou privada deve estar evidenciado no(a)
- A) demonstração das variações patrimoniais.
 - B) balanço patrimonial.
 - C) balanço financeiro.
 - D) demonstração do resultado do exercício.
 - E) demonstração do valor adicionado.
- 84.** A operação pela qual determinada sociedade por ações transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, denomina-se
- A) cisão.
 - B) fusão.
 - C) incorporação.
 - D) liquidação.
 - E) transformação.
- 85.** Considere que os seguintes dados foram extraídos da folha de pagamento de salários de determinada empresa:
- I. salário-base bruto R\$ 10.000,00;
 - II. horas extras R\$ 800,00;
 - III. desconto de INSS R\$ 1.100,00;
 - IV. imposto de Renda Retido na Fonte R\$ 700,00;
 - V. adiantamento de salários concedido R\$ 400,00.
- O montante a ser debitado na conta “Despesas de Salários” será de
- A) R\$ 10.000,00.
 - B) R\$ 8.600,00.
 - C) R\$ 10.800,00.
 - D) R\$ 11.100,00.
 - E) R\$ 9.000,00.

RASCUNHO

CRIMINOLOGIA

- 86.** Estudar e recomendar os meios de prevenção e repressão à delinquência é tarefa do(a)
- A) Criminologia Contemporânea.
 - B) Criminologia Social.
 - C) Movimento Psicossociológico.
 - D) Política Criminal.
 - E) Objeto da Criminologia.
- 87.** Etimologicamente, a palavra “criminologia” vem do latim *crimino* (crime) e do grego *logos* (estudo, tratado), significando o “estudo do crime”. Esta ciência se caracteriza por ser
- A) conceitual e experimental.
 - B) empírica e interdisciplinar.
 - C) interdisciplinar e conceitual.
 - D) dedutiva e experimental.
 - E) experimental e empírica.
- 88.** A criminologia estuda o crime, o criminoso, a vítima e o comportamento da sociedade. Portanto ela investiga o crime em seus aspectos
- A) psicológicos, biológicos e sociais.
 - B) biológicos, culturais e psicológicos.
 - C) biológicos, jurídicos e socioculturais.
 - D) jurídicos, psicológicos e sociais.
 - E) sociais, biopsicológicos e jurídicos.
- 89.** No que diz respeito ao processo vitimizatório, relacione corretamente o tipo de vitimização com sua respectiva definição, numerando os parênteses abaixo, de acordo com a seguinte indicação:
- 1. Vitimização Primária;
 - 2. Vitimização Secundária;
 - 3. Vitimização Terciária.
- () Sofrimento suportado pela vítima em razão da omissão estatal e da estigmatização pela sociedade.
 - () Sofrimento suportado pela vítima em razão da burocratização estatal, suportado perante as fases de inquérito e processo.
 - () Sofrimento suportado pela vítima em razão dos efeitos diretos e indiretos da conduta criminal.
- A sequência correta, de cima para baixo, é:
- A) 2, 1, 3.
 - B) 1, 2, 3.
 - C) 2, 3, 1.
 - D) 3, 2, 1.
 - E) 1, 3, 2.
- 90.** O estudo que, em sua essência, ressalta que o agente do crime é um ser racional, que faz avaliações de oportunidades, riscos e recompensas, para cometer ou não o delito, denomina-se
- A) Teoria da Associação Diferencial.
 - B) Teoria da Desorganização Social.
 - C) Modelo do Enfoque dinâmico.
 - D) Teoria das Atividades Rotineiras.
 - E) Modelo do Meio ou Entorno Físico.

MEDICINA LEGAL

91. Atente para a seguinte descrição: Mulher de 42 anos procura a delegacia de Polícia Civil plantonista, por volta de meia-noite, após uma discussão com seu companheiro, que estava alcoolizado, há cerca de 6 horas. Declara que foi agredida, fisicamente e moralmente. O policial que a atendeu percebe que ela apresenta equimoses avermelhadas e difusas em face, associadas com escoriações irregulares em membro superior direito e luxação em joelho esquerdo. Entre outros procedimentos, foi emitida guia policial para realização de perícia com o médico legista. Considerando as lesões descritas, quais sejam: equimoses, escoriações e luxação, é correto afirmar que os meios ou instrumentos promotores dessas lesões serão apresentados, no laudo pericial, respectivamente, como

- A) perfurocortante, contundente e cortante.
- B) cortante, contundente e contundente.
- C) contundente, contundente e contundente.
- D) contundente, perfurocortante e contundente.
- E) cortante, contundente e cortante.

92. Um indivíduo de 28 anos foi encaminhado ao serviço de emergência hospitalar após reagir a um roubo de telefone celular e ser atingido por um disparo de arma de fogo, em membro superior direito. Durante o exame, observa-se uma lesão de entrada promovida por projétil de arma de fogo na face anterior do braço direito, aproximadamente na região do terço médio, com sinais de hemorragia, bem como uma lesão de saída de projétil de arma de fogo na face posterior do mesmo membro superior. A radiografia da região mostra fragmentos ósseos deslocados na região do úmero, além de sinais de fratura fechada.

Com base no caso apresentado, em relação à avaliação realizada no hospital pelo médico legista, assinale a afirmação verdadeira.

- A) A presença de fragmentos ósseos deslocados indica que houve uma fratura, o que caracteriza uma lesão por baixa energia, dispensando a documentação médica detalhada para fins periciais.
- B) O orifício de entrada da lesão deverá apresentar, no mínimo, as seguintes características: bordas evertidas, zona de escoriação, equimose e enxugo.
- C) A ferida de entrada na face anterior do braço, acompanhada de sinais de hemorragia, é suficiente para caracterizar uma lesão por arma de fogo e o calibre da arma, dispensando exames complementares.
- D) Uma eventual presença de zona de esfumaçamento e zona de tatuagem, no orifício de entrada, são compatíveis com disparo de arma de fogo a curta distância.
- E) O orifício de saída da lesão deverá apresentar, no mínimo, as seguintes características: bordas invertidas e irregulares, com diâmetro menor que o da lesão de entrada.

93. Um cadáver foi encontrado em uma área de açude, no interior do Ceará. A perícia criminal, no local, constatou sinais de putrefação avançada, incluindo formação de bolhas de gás difusas em toda a epiderme, além de sinais de traumatismo craniano, com fratura em região occipital.

No que diz respeito à decomposição cadavérica, é correto afirmar que as fases dos fenômenos cadavéricos ocorrem na seguinte sequência:

- A) fase gasosa¹, fase de coloração², fase coliquativa³ e fase de esqueletização⁴.
- B) fase gasosa¹, fase coliquativa², fase de coloração³ e fase de esqueletização⁴.
- C) fase de coloração¹, fase gasosa², fase coliquativa³ e fase de esqueletização⁴.
- D) fase coliquativa¹, fase gasosa², fase de esqueletização³ e fase de coloração.
- E) fase gasosa¹, fase de esqueletização², fase coliquativa³ e fase de coloração⁴.

94. No que diz respeito à Antropologia Forense, que é a divisão da Medicina Legal que aborda critérios de Identidade e Identificação, considere as seguintes afirmações:

- I. A papiloscopia é uma técnica primária de identificação.
- II. A avaliação da arcada dentária é uma técnica primária de identificação.
- III. A avaliação de amostras de DNA é uma técnica primária de identificação.
- IV. O reconhecimento é uma forma de identificação humana.

É correto o que se afirma em

- A) II e IV apenas.
- B) IV apenas.
- C) I e III apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) I, II e III apenas.

95. Considerando a Traumatologia Forense – divisão da Medicina Legal que aborda, entre outros aspectos, os meios e instrumentos promotores de lesões corporais –, analise as seguintes afirmações:

- I. Os hematomas são promovidos por ação contundente.
- II. O trajeto é o percurso do projétil de arma de fogo no interior do corpo humano.
- III. Em disparos de arma de fogo a curta distância, no corpo humano, são encontrados efeitos primários, mas não os secundários do projétil de arma de fogo.
- IV. A trajetória é o percurso do projétil de arma de fogo fora do corpo humano.

É correto o que se afirma somente em

- A) I e IV.
- B) II, III e IV.
- C) I, II e IV.
- D) II e III.
- E) I e III.

ESTATÍSTICA

96. Se o número médio de acidentes por semana com moto em determinada rodovia é de 21, a probabilidade de, em um determinado dia, ocorrer exatamente um acidente é

- A) 0,130439.
- B) 0,270671.
- C) 0,057879.
- D) 0,199148.
- E) 0,149361.

Note: $e^{-3} = 0,049787$

- 97.** A probabilidade de redução de pena por “bom comportamento” é de 60%. Ao selecionar aleatoriamente cinco detentos, a probabilidade de nenhum ter sua pena reduzida é de
- A) 0,13495.
 B) 0,01024.
 C) 0,14936.
 D) 0,07680.
 E) 0,08708.

- 98.** A tabela de distribuição apresenta o número de mortes ocorridas na localidade ALFA em 2023, por faixa etária.

IDADE (anos)	Nº DE CASOS
4 ---- 6	25
6 ---- 8	40
8 ---- 10	70
10 ---- 12	40
12 ---- 14	25
TOTAL	200

Considerando a distribuição de frequência que trata da incidência de mortes por violência, assinale com **V** o que for verdadeiro e com **F** o que for falso.

- () A idade média é de 9 anos.
 () A distribuição é assimétrica.
 () A idade mediana é de 10 anos.
 () A incidência de casos com crianças com idade inferior a 8 anos foi de 32,50%.
 () A melhor representação gráfica para essa distribuição de frequência é o gráfico em pizza.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) V, V, F, F, V.
 B) V, F, F, V, F.
 C) F, V, V, F, F.
 D) F, F, V, V, F.
 E) V, F, F, F, V.

- 99.** Considere o levantamento realizado em um presídio com 480 detentos, por meio do qual se obteve o seguinte resultado:

SEXO	CRIME COMETIDO				TOTAL
	ASSALTO	ESTELIONATO	HOMICÍDIO	SEQUESTRO	
FEMININO	20	40	60	30	150
MASCULINO	80	120	70	60	330
TOTAL	100	160	130	90	480

Ao selecionarmos aleatoriamente uma pessoa do grupo acima, a probabilidade de ela

- I. ser do sexo feminino e ter participado de um sequestro é de 6,25%.
 II. ser do sexo masculino ou ter realizado um assalto é de 74,92%.
 III. ter cometido um homicídio, sabendo-se que é do sexo feminino é de 40,00%.
 IV. ter cometido um estelionato é de 34,10%.

Estão corretas somente as complementações contidas em

- A) II e IV.
 B) I, II e III.
 C) I e IV.
 D) II, III e IV.
 E) I e III.

- 100.** Seja a variável aleatória X definida como o tempo de redução de pena em ano para o detento que fizer delação:

X = Redução (ano)	2	4	6	8	10
P(X ≤ x)	0,40	0,70	0,85	0,95	1,00

O valor esperado, ou seja, o tempo médio de redução da pena é

- A) 6,0.
 B) 4,2.
 C) 5,1.
 D) 3,8.
 E) 5,5.

RASCUNHO

(SE NECESSÁRIO, UTILIZE A ÚLTIMA FOLHA DESTE CADERNO DE PROVAS PARA REASCUNHO.)

PROVA DISCURSIVA

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A inteligência artificial (IA) tem se constituído como um elemento importante em diversos setores, contribuindo, inclusive, para a otimização de processos, de serviços e para a análise de dados. Por outro lado, os desafios relacionados ao uso de ferramentas de IA envolvem questões éticas que têm alertado a sociedade para variadas questões.

Tomando por base seus conhecimentos sobre o tema e o texto de apoio apresentado a seguir, escreva um texto dissertativo sobre **AS CONTRIBUIÇÕES E OS DESAFIOS ÉTICOS PARA O USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA**. Escreva seu texto com extensão de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) e, no máximo, 30 (trinta) linhas.

TEXTO DE APOIO

Ministério da Justiça regulamenta uso de IA em investigações criminais

Norma é inédita para uso de inteligência artificial na segurança

O Ministério da Justiça e Segurança Pública publicou, nesta segunda-feira (30), no Diário Oficial da União, uma portaria na qual autoriza servidores dos órgãos de segurança pública a empregarem modernas ferramentas tecnológicas de informação, incluindo soluções de inteligência artificial (IA), em investigações criminais.

As diretrizes da Portaria nº 961 se aplicam às forças federais (ou seja, às polícias Federal (PF), Rodoviária Federal (PRF), Penal Federal e Penal Nacional e Força Nacional de Segurança Pública), e também aos órgãos estaduais, distritais e municipais que recebem recursos dos fundos nacionais de Segurança Pública (FNPS) e Penitenciário (FPN). A regulamentação também alcança o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), além das secretarias nacionais de Segurança Pública (Senasp) e de Políticas Penais (Senappen), ambas do ministério.

Em nota, a pasta informou que a iniciativa “busca modernizar a atuação das forças de segurança brasileiras, sem abrir mão da proteção aos direitos fundamentais dos cidadãos”. O próprio texto da portaria justifica que a razão de ser da norma é assegurar “a legalidade, a adequação, a necessidade e a proporcionalidade como condições do uso de sistemas de tecnologia da informação nas atividades de investigação criminal e inteligência de segurança pública que possam gerar riscos à privacidade e a outros direitos fundamentais”.

Além de poderem ser usados em investigações criminais, as ferramentas poderão ser empregadas para reforçar a segurança de estabelecimentos prisionais, seja para detectar, localizar e permitir o bloqueio do sinal de dispositivos móveis de telecomunicações (celulares, smartphones, tablets etc.), seja para acessar informações armazenadas nestes mesmos aparelhos, quando apreendidos.

Contudo, os órgãos de segurança pública só poderão utilizar as soluções de tecnologia da informação para a obtenção de dados sigilosos com autorização judicial, para fins de investigação criminal e de instrução processual. E, “sempre que tecnicamente viável”, deverão ser descartados os dados sigilosos das pessoas que não tiverem relação com os fatos investigados, bem como os obtidos fora do período autorizado pela Justiça. Informações encontradas de forma fortuita, que possam constituir crime e extrapolem a autorização inicial, deverão ser comunicadas ao juízo competente para eventual continuidade das investigações.

Inteligência Artificial

O uso de soluções de inteligência artificial deverá ser “proporcional, observar o dever de prevenção de riscos e as leis aplicáveis à espécie”. A regulamentação proíbe os agentes dos órgãos de segurança pública de empregarem aparatos que permitam a identificação biométrica à distância, em tempo real e espaços públicos – exceção à busca de vítimas de crimes, pessoas desaparecidas ou em circunstâncias que envolvam ameaça grave e iminente à vida ou à integridade das pessoas.

Também são considerados exceções os casos em que o uso sirva à instrução de inquérito ou processo criminal; flagrante delito de crimes passíveis de serem punidos com mais de dois anos de prisão ou para possibilitar o cumprimento de mandados judiciais de prisão ou a recaptura de réus ou detentos.

Caberá ao órgão que recorrer a estas ferramentas adotar as medidas necessárias para garantir que apenas agentes no pleno exercício de suas funções e previamente autorizados possam ingressar nas respectivas instalações e utilizar as soluções, por meio da adoção de certificados digitais, biometria ou autenticação multifator.

De acordo com o Ministério da Justiça, a Portaria nº 961 é a primeira norma específica acerca dos parâmetros a serem observados quanto ao uso da inteligência artificial no campo da segurança pública. “A medida representa um avanço significativo na modernização das forças de segurança brasileiras, posicionando o país na vanguarda da aplicação responsável de tecnologia para proteção da sociedade”, sustenta a pasta, em nota.

RODRIGUES, Alex. Ministério da Justiça regulamenta uso de IA em investigações criminais. Agência Brasil, Brasília, 30 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-06/ministerio-da-justica-regulamenta-uso-de-ia-em-investigacoes-criminais>. Acesso em: 8 jul. 2025.

O ESPAÇO PARA TREINO DA REDAÇÃO ENCONTRA-SE NO VERSO DESTA PÁGINA.

RASCUNHO DA REDAÇÃO

Se desejar, utilize esta página para o rascunho de sua redação. Não se esqueça de transcrever o seu trabalho para a Folha do Texto Definitivo.

Esta página não será objeto de correção.

NÃO ESCREVA NAS
COLUNAS ABAIXO.

		T	NG	CE
	01			
	02			
	03			
	04			
	05			
	06			
	07			
	08			
	09			
	10			
	11			
	12			
	13			
	14			
	15			
	16			
	17			
	18			
	19			
	20			
	21			
	22			
	23			
	24			
	25			
	26			
	27			
	28			
	29			
	30			
TOTAL				